

A GEOGRAFIA, O TERRITÓRIO CAPITALISTA E O TERRITÓRIO INDÍGENA

Elizeu Ribeiro Lira – Universidade Federal do Tocantins-UFT

liraelizeu@bol.com.br

O território indígena possui diferenças históricas significativas em relação ao território capitalista, por isso necessitamos fazer uma análise teórica e conceitual de ambos. Demonstrando o processo de diferenciação, para podermos discernir e compreender teoricamente a especificidade do território indígena.

Há uma reciprocidade quanto a importância desse tema à Geografia. Isto se confirma através das transformações que a ciência tem sofrido em sua história, especificamente no período pós Segunda Guerra. Esses movimentos aconteceram porque havia também transformações sociais, econômicas e políticas na sociedade mundial que de forma direta, refletiam na organização do território¹.

Segundo RAFESTIN o território está relacionado com a idéia de poder, um poder instituído sobre um espaço:

“O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território e a prisão que os homens constroem para si” (RAFESTIN, 1993. p. 144).

Ora, se o território está marcado por relações de poder, é necessário identificar quem controla esse poder. A Geografia, como ciência, fornece-nos elementos que mostram que as relações de poder manifestadas sobre o território estão localizadas no Estado, no Estado-Nação emergido da Revolução Francesa. O Estado existe somente quando uma população instalada em um território exerce a própria soberania². Portanto, três componentes caracterizam o Estado: a população, o território e a autoridade. Toda Geografia do Estado deriva dessa tríade (RAFESTIN, 1993).

Dessa forma, é a geografia política que oferece elementos conceituais e metodológicos para o entendimento das relações entre território e Estado.

A geografia política, clássica, teve sua origem na Alemanha, justamente quando lá se consolidava o estado nacional. Origem essa confirmada através dos estudos de RATZEL, ao publicar sua obra; *“Geografia Política”* em 1897. Vejamos o que afirma RAFESTIN sobre a questão:

“O estado pode ser lido geograficamente, e Ratzel forneceu categorias para decifrá-lo: centro versus periferia, interior versus exterior, superior versus inferior etc. (...) uma geografia do Estado totalitário (Itália, Alemanha, URSS), nada mais teve a fazer que buscar, no conjunto dos conceitos ratzelianos, os instrumentos de sua elaboração” (RAFESTIN, 1993. p. 16).

Outra obra importante para o conhecimento geográfico sobre o Estado foi *“Geografia social”* e *“O solo e o Estado”*, do francês CAMILLE VALLAUX, que seguindo seu mestre Vidal de La Blache refutava o determinismo alemão de Ratzel e instituía de vez o possibilismo francês. Essas duas obras apresentam até hoje as principais matrizes conceituais do Estado, nação e território. Sob pontos de vistas diferentes, seus respectivos autores articularam o conceito de nação ao de território e conseqüentemente, ao de Estado.

No entanto, houve um desvio de eixo epistemológico da geografia política, que foi utilizada como uma espécie de aparelho intelectual do Estado. A geografia política, através das obras de Rudolf Kjellen (1905) transforma-se em Geopolítica. É evidente que fala-se de uma ciência do Estado, concebido como um organismo geográfico em constante movimento. Nos anos 30, do século XX uma série de autores, sob a direção de Karl Haushofer, elaboraram o pensamento geográfico do estado nazista, utilizável por

¹ FARIA, 1997.

² MUIR, Richard, in, RAFESTIN, 1993. p 22

qualquer estado totalitário³. Desde então, a Geopolítica aparece como uma espécie de geografia reduzida, aplicada somente ao Estado. Concebida como um ramo autônomo da ciência política, usava o termo geopolítica para expressar a relação entre o Estado e o território. Com isso a geografia política foi deixada de lado pelos geógrafos e começou ser estudada por militares e cientistas políticos, fortalecendo o rótulo da Geopolítica (FARIA, 1997).

Outros cientistas contribuíram para a afirmação do discurso geopolítico ligado a estratégia de expansionismo do domínio territorial globalizante, onde se destacaram as obras de A.T. MAHAN, que propagava o poder marítimo dos EUA como potência mundial; H.J. MACKINDER, que defendia a teoria da existência de uma “área core”, um espaço central, por ele chamado de *coração continental*. Este, por sua vez, localizado nas terras centro/norte da Eurásia, (COSTA, 1998), afirmava aquele geógrafo que quem obtivesse o domínio dessa área, teria também o domínio sobre o mundo terrestre que, por sua vez, dominaria também o marítimo.

Segundo, COSTA (1992), após o término da Segunda Guerra e a derrota do nazi-facismo, que coincidem com a morte de Haushofer na Alemanha e Soukman nos EUA, a geopolítica entra em crise e desaparece do meio acadêmico tornando-se instrumento pseudocientífico, destinado a formular políticas de poder autoritário em países de terceiro mundo.

Depois da Segunda Guerra, a Geografia Política ressurgiu com vigor nos anos 50 (1950) e, esse vigor é desenvolvido quase que por completo nos Estados Unidos, que ao contrário da Europa, estava distante geograficamente das consequências estruturais e sociais causadas pela Segunda Guerra. Dessa forma, a geografia política norte americana alcança um alto grau de dinamismo. Liderados por BOWMAN, HARTSHORNE E WHITTLESEY, os norte-americanos fundaram sua própria “escola” dominando essa área até o final dos anos 70 – do século XX.⁴

Um outro movimento de renovação da geografia surge no pós Segunda Guerra, resultante da aproximação da geografia com a economia espacial, nos EUA, através do uso de modelos, estatísticos e de quantificação em geral. Era a Nova Geografia (New Geography) que se contrapunha à velha geografia clássica⁵. A Geografia Política, norte-americana trabalhou as questões da gestão interna dos territórios e concebeu ao Estado sua versão liberal-democrática⁶.

Em 1974, o geógrafo inglês DAVID HARVEY publicou em Londres seu livro intitulado; *Social justice and the city*, traduzido e publicado no Brasil em 1980 com o título de *A justiça social e a cidade*⁷. É, considerado um dos marcos da renovação teórica da geografia, em sua vertente crítica, estudo que, segundo COSTA (1992) aproximaria teoricamente a geografia do marxismo.

No caso da geografia política, a Europa é influenciada pelos estudos de P. GHICHONNET e C. RAFESTIN (1974) que publicam trabalhos sobre fronteiras. Porém a grande mudança ocorre na França, liderada pelo geógrafo Yves LACOSTE, quando publica a revista *Herodote* no início de 1976 e seu famoso livro: *“A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra”*, publicado também em 1976. Assim, Lacoste conseguiu introduzir no debate geográfico questões como, estratégias e ideologias, combatendo assim o processo de “despolitização” da geografia e seu excessivo pragmatismo. Estava portanto, instalado o debate político e ideológico na geografia que automaticamente atingiria os estudos da relações entre Estado e o território.

No Brasil, os estudos da geografia política e de geopolítica sempre tiveram ligados ao pensamento hegemônico dos militares. Segundo FARIA (1997) o pensamento geopolítico brasileiro sofreu fortes influências de Ratzel, Kjéllen, principalmente nos estudos de Backheuser em seu livro *Estruturas Políticas do Brasil*, 1933, e de Lizias Rodrigues em a *Geopolítica do Brasil* publicado em 1947; de Spykman nos estudos de Golbery, no livro: *Conjuntura Política Nacional, o poder executivo e a Geopolítica no Brasil*, 1967; e de Mackinder, no trabalho de M. Travasso, *Projeção Política do Brasil* publicado em 1947.

Portanto, observa-se que a influência da geopolítica de Ratzel, de Kjéllen e de Spykman sobre os geopolíticos militares brasileiros se desaguaram em duas frentes: a primeira, influenciada pelas teses de redivisão territorial do Brasil, defendidas pelo capitão Lizias Rodrigues. A segunda, arquitetada na Escola Superior de Guerra (ESG) sob o comando do General Golbery do Couto e Silva, fundada na doutrina de segurança nacional. Dessa forma, segundo FARIA (1997), o conceito de Estado-territorial, em uma, e o

³ RAFESTIN, Claude, 1993. p. 19.

⁴ COSTA, W. MESSIAS, 1992. p. 320.

⁵ COSTA, W. MESSIAS, 1992. p. 252.

⁶ Idem, ibidem, p. 229.

⁷ DAVID, Harvey. *A justiça social e a cidade*, SP. Hucitec, 1980.

conceito de nação articulado ao de território, na outra, levou esses geopolíticos brasileiros a confundir *unidade nacional* com *integridade territorial*, questões que mais tarde, na metade da década de 80 do século XX, foram combatidas pela geopolítica acadêmica. Esta posição está expressa nas obras de VESENTINI: *A capital da Geopolítica*, 1986; de BECKER: *Geopolítica da Amazônia*, 1982; de OLIVEIRA: *Amazônia; monopólio expropriação e conflitos*, 1987, e *Integrar para não entregar; políticas pública e Amazônia*, 1988; e de COSTA: *o Estado e as políticas territoriais no Brasil*, 1988.

Desse modo, podemos considerar que as bases teóricas das análises científicas do território capitalista está na Geografia Política, bem como as bases teóricas da análise do território indígena tudo indica está na Geografia Agrária. Aquela, por tratar de questões relacionadas ao poder impondo suas regras a um determinado espaço. Esta, por tratar de um esforço comunitário destinado à construir um domínio societário sobre um espaço contínuo. Então, como já foi observado antes, é necessário fazer a diferenciação conceitual dessas duas categorias de territórios. Nesse processo de diferenciação deve-se deixar claro o que é *território indígena* e a partir daí, podemos tratar substancialmente do tema "*Descontinuidade do Território Krahô*".

Para RAFESTIN (1993), o território é diferente do espaço e é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. Isto significa dizer que o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível sobre o mesmo. LEFEBVRE, observou que:

"Território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou, um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder."
(LEFEBVRE, in, RAFESTIN, 1993. p. 144)

Porém RAFESTIN ressalta que: "*Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir desse espaço. Ora, a produção por causa de toda relações que envolve, se inscreve num campo de poder*". (RAFESTIN 1993). Dessa forma é válido afirmar que qualquer ação organizada sobre um espaço, mesmo sendo essa ação no campo do conhecimento, representa e revela a imagem desejada de um território.

Para ANDRADE, 1995, que faz uma análise sobre o território num viés mais geográfico apresenta um conceito a partir dos fundamentos das ciências naturais e das ciências sociais. Nesta última afirma estar localizada as idéias de território, oriunda do determinismo alemão onde o Estado controla o território e do anarquismo francês onde identifica as relações entre as classes sociais e o espaço ocupado e dominado. Vejamos o que escreve sobre o conceito de território:

"O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas" (ANDRADE, 1995. p. 19).

"A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação provocando o sentido da territorialidade que de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas". (ANDRADE, 1995. p. 20)

Nesta última afirmação ANDRADE dá sentido à possibilidade de pensar um possível território na concepção anarquista e/ou socialista.

OLIVEIRA, 1992 entende o território como produto concreto de luta de classe travada pela sociedade capitalista no processo de produção de sua existência. Vejamos.

"(...) Para nós, o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo / modo de produção / distribuição / circulação consumo e suas articulações e mediações supra estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. É pois produto concreto de luta de classe travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista (...) Dessa forma, são, as relações sociais de produção e processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território". (OLIVEIRA, 1992).

É importante ressaltar que esses autores estão se referindo ao conceito de território concebido por sociedades não-índias. Uma concepção que segundo OLIVEIRA, “tem entrado em choque com a concepção que as sociedades indígenas tem de seus territórios”. Vejamos:

“É seu espaço geográfico e histórico, com sua cobertura vegetal característica, suas espécies medicinais, suas fontes de matérias-primas, seus frutos, raízes, sua fauna, seus pássaros e peixes, suas cabeceiras, córregos e rios e com seus lugares sagrados, moradas de espíritos e divindades culturais. É o espaço no qual, durante milênios cada povo indígena ensaiou seus movimentos seus gestos, suas expressões culturais e seu ritmo de vida, em fim, construí sua história”. (OLIVEIRA, 1997. p. 159)

Então é importante salientar que o território indígena não é formado apenas por manifestação de relações de poder emanado pelo estado sobre um dado espaço, como se apresenta o território capitalista. O território indígena foge dessa concepção, pois ele está representado fortemente no sistema simbólico, mantido ao longo da história de um povo e seu habitat. Considerando também, que o conceito de território não é próprio das sociedades indígenas e que as delimitações territoriais são historicamente fixadas por meio de estratégias de poder e controle político do Estado. Conclui-se que os territórios e as terras indígenas são espaços dominados que inevitavelmente, forçam os índios a firmar um *pacto eterno*⁸ de dependência com o Estado (LADEIRA, 2001). Porém é necessário discordar do caráter eterno dos pactos entre os índios e o Estado, referente ao domínio de seus territórios. Pois há uma forte tendência entre os índios brasileiros de retomar seus antigos tradicionais e ocupados territórios, quebrando por vez este pacto e colocando-os no plano das necessidades cotidianas das comunidades. Entretanto, o que pretendemos é compreender os aspectos que diferem o conceito de território capitalista do conceito de território indígena, pois assim chegaremos a uma análise segura do território Krahô. Neste sentido vejamos o que afirma OLIVEIRA:

“A constituição do território capitalista no Brasil foi, portanto, produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural indígena foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. O ritmo compassado do tic-tac do relógio no seu deslocar temporal nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos “filhos do sol” ou da “lua”, em busca da manutenção de seu território invadido. A marca contraditória do país que se desenhava podia ser buscada na luta pelo espaço e tempo distintos e pelos territórios destruídos/reconstruídos” (OLIVEIRA, 1997. p. 154).

Veja ainda o que o mesmo autor acrescenta:

“Território indígena é, portanto, ‘um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. Há que se ressaltar, ainda, que a apropriação de recursos naturais não se resume produzir alimentos, mas consiste em extrair matéria-prima para a construção de casas, para enfeites, para a fabricação de arcos, flechas, canoas e outros e, ainda, em retirar as ervas medicinais que exigem determinadas condições ecológicas para vingarem. Para que o povo possa sobreviver e se reproduzir, necessita de muito mais terras do que as que utiliza simplesmente para plantar. E é justamente esse espaço da sobrevivência, com tudo que ela implica, que denominamos território. E o território indígena tem uma particularidade: o de ser coletivo e pertencer igualmente a todo o grupo. Não existe a propriedade privada entre os índios. Todos têm acesso à terra, e esse acesso é efetivado através do trabalho e de ocupação de fato de uma determinada porção do território tribal. Os grupos indígenas também tem diferentes formas de concepção de seu território. Alguns, fundamentalmente sedentários, estabelecem fronteiras definidas. Outros, como é o caso dos povos Jê do Brasil Central,

⁸ LADEIRA, 2001. p. 89.

têm (ou tiveram) suas fronteiras em constante expansão em função de atividades guerreiras, ou da caça e coleta". (OLIVEIRA, 1997. p. 160).

O conceito de território indígena, é assim, "um espaço de sobrevivência e de reprodução histórica de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansa os antepassados". Inicialmente já temos a dimensão desse território e a compreensão de que o mesmo surge de uma relação cultural da sociedade que o habita ou já o habitou. Portanto, não é produto de uma relação de poder estatal e/ou privado sobre um espaço qualquer.

Dessa forma, como o território indígena, surge das relações histórica-culturais, das sociedades para com as áreas geográficas em que se constituíram como tal, dificilmente o conceito capitalista daria conta de traduzi-lo por completo. Diante da complexidade entno-sócio-cultural, engebrada no significado de habitat indígena, o conceito que mais aproximaria seria o de terra indígena. Mas como já foi mencionado, este foi apropriado juridicamente pelo Estado brasileiro, desde a Lei de Terra de 1850, e foi utilizado para os atos demarcatórios, da FUNAI. Coube portanto, buscar no conceito de território, como uma categoria acadêmica ligada fortemente à análise geográfica, concentrar as discussões teóricas sobre "território indígena" e suas manifestações no espaço brasileiro. Como afirma RAFESTIN: "para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade". É neste sentido, que propomos analisar o território indígena, que diferentemente do capitalista, por razões já explicadas, deixa visivelmente desenhada as marcas históricas de sua existência, permitindo a reapropriação atual de quem já foi seu verdadeiro "proprietário" no passado.

Dessa forma, podemos tratar teoricamente as características da descontinuidade do Território Krahô. Somente o fato de ter existido um território contínuo Timbira⁹, um território Krahô, sendo demarcado ou não, será um fragmento descontínuo desse território maior, dos Timbira, uma vez que os índios Krahô são um ramo dessa nação. Porém, é importante ressaltar que, naquela longínqua década de 1910, quando foi criado o SPI havia um envolvimento direto e irrestrito do pensamento geográfico no Brasil com as questões do território indígena. Basta por isso, analisar o tema do I Congresso Brasileiro de Geografia¹⁰, as atividades da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) e das Comissões de Geografia e Geologia formadas, nos Estados brasileiros, para fazer levantamento específicos de interesses dos mesmos. Embora muito discutido pelos indigenistas os trabalhos dessas comissões, especificamente quanto aos assuntos indígenas, não se pode negar que era um trabalho de análise territorial. Assim, encontra-se uma tradição territorial na formação do discurso geográfico brasileiro, em seguida, as questões sobre o território passou a ser tema de Geopolítica¹¹, distanciando-se das análises específicas sobre os territórios indígenas. No Brasil, a geografia política confundida muitas vezes com geopolítica, perde expressão com o fim da ditadura militar, com isso os estudos sobre o território também diminui sua expressão. Segundo ANDRADE (1995), com a retomada dos estudos da geografia política e geopolítica, a expressão território voltou a ser utilizada, e concorre na atualidade com termos tradicionais, como espaço e região¹². O renomado geógrafo Milton Santos escreve sobre um retorno ao território:

"Mas assim como antes tudo não era, digamos assim, território "estatizado", hoje tudo não é estritamente "transnacionalizado" mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes. Daí essa metáfora do retorno". (SANTOS, 1994. p. 15)

É neste sentido, do retorno às análises territoriais, como temas importantes da Geografia brasileira, que percebemos a preocupação de geógrafos, como já foram citados: MANOEL CORREIA DE ANDRADE, ORLANDO VALVERDE, ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA, dentre outros, que retomaram os

⁹ Entre as caatingas áridas do nordeste e as florestas úmidas da Amazônia estende-se uma região que combina características de ambas. São as Campinas do Sul do Maranhão, banhadas por rios permanentes, protegidas por florestas ciliares e entremeadas de tufos de matas e de palmais. Este é o território de algumas tribos (...) eram os Timbira (...) RIBEIRO, 1996: os índios e a civilização p. 72.

¹⁰ "O I^o Congresso Brasileiro de Geografia aberto em 7 de setembro de 1908 no Rio de Janeiro (...) no dia 8, em assembléia geral foram eleitas as doze comissões cujas atividades seriam realizadas nas salas da SGRJ. Cada uma delas iria tratar de questões ligadas aos diversos ramos da geografia". GAGLIARDI, 1989. p. 125.

¹¹ ANDRADE, 1995. p. 19.

¹² Idem.

estudos dos territórios indígenas no Brasil. Como resultado dessas ações, na década de 1990 desenvolveu-se no Departamento de Geografia da USP, sob a orientação do Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, e outros geógrafos uma série de trabalhos em nível de mestrado e doutorado, voltados especificamente para a análise geográfica do território indígena. Dentre outros podemos seguramente destacar os trabalhos de: BARBOSA (1994) *Trazidos por Tupã*; OLIVEIRA (1997) *A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, corrupção e violência*; FARIA (1997) *Território Indígena: Direito Imemorial e o Devir*; MORAES (2000) “*de terra tradicional a território indígena: o processo de territorialização dos índios Tupiniquins de aracruz-es*”; LADEIRA (2001) *Espaço Geográfico Guarani-Mbya: Significado Construção e Uso*; FERREIRA (2002) “*Da Fartura à Escassez*”.

Assim podemos afirmar que a Geografia Brasileira, retoma as análises do território indígena. Neste sentido, agora mais do que nunca, presta-se assessoria civil às comunidades indígenas, a respeito do conhecimento sobre seus territórios. Para que a partir desse conhecimento, elas mesmas possam construir referenciais de tomada de decisões relativas as questões de suas terras.

Arriscamos aqui, como diz o saudoso mestre Milton Santos, anunciar uma metáfora do retorno: “O resgate tardio do território indígena à temática da Geografia brasileira”. Nesta perspectiva de estudar as comunidades indígenas brasileiras, tendo como ponto de partida a análise completa de seus territórios, se constitui um “novo” olhar geográfico sobre o conceito de território. Então vejamos:

“Considerando que o conceito de território não é próprio das sociedades indígenas, e que as delimitações territoriais são historicamente fixadas por meio de estratégias de poder e controle político do Estado, conclui-se que os territórios e as terras indígenas são espaços dominados que, inevitavelmente forçam os índios a firmar um pacto eterno de dependência com o Estado. A dinâmica expropriação x concessão de terras e limites através da qual se supõe ou se induz a crer está propiciando aos índios a liberdade e o exercício de gestão (dentro dos limites impostos e fixos) é a contradição inerente e latente do conceito de território indígena e de políticas e legislação indigenistas” (LADEIRA, 2001, p. 89).

Bibliografia

- ANDRADE, Manoel Correia de. A questão do território no Brasil. PE, Hucitec, 1995.
- BALANDIER, George. As dinâmicas sociais: sentido e poder, SP. Difel, 1972.
- BARBOSA, Carla Gonçalves Antunha. *Trazidos por Tupã: A luta pelo território Guarany em São Paulo*. SP, FFLCH – USP. Dissert. Mimeo, 1994.
- COSTA, Wanderlei Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. SP. Edusp/UCITEC, 1992.
- FARIA, Ivani Ferreira de. *Território Indígena: Direito Imemorial e o Devir*. SP. FFLCH – USP. Dissert. Mimeo, 1997.
- LADEIRA, Maria Inês. *Espaço Geográfico Guarani – Mbya: Significado Construção e Uso*. SP. FFLCH – USP, Dissert. Mimeo, 2001.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. *A descontinuidade do Território Krahô*. Tese, UNESP 2005.
- MARX, Carl. O capital: crítica de economia política SP. Difel, 1987.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *A Gênese da Geografia Moderna*. SP. Hucitec, 1980.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência* SP. USP/FFLCH. Livre Docência (mimeo) 1997.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder SP. Ática, 1993.
- SANTOS, Milton (org). *Território – globalização e Fragmentação*. SP: Hucitec, 1994.
- _____. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. SP, 2ª ed. Hucitec, 1997.
- _____. *A Revolução Tecnológica e o Território: Realidade e Perspectiva*, in. Terra Livre nº 9, AGB, SP. Marco Zero, 1991.
- _____. *O Dinheiro e o Território*. Niterói-RJ: PPGEUFU/AGB, 2002.
- _____. *O Retorno do Território*. In. Território: Globalização e Fragmentação. SP. Hucitec, 1994.